



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CÍCERA ADILIANA GOMES DA SILVA

**A INSERÇÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NAS ESCOLAS**

Juazeiro do Norte  
2020

CÍCERA ADILIANA GOMES DA SILVA

**A INSERÇÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NAS ESCOLAS**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para a obtenção do grau de bacharelado em Psicologia.

Juazeiro do Norte  
2020

CÍCERA ADILIANA GOMES DA SILVA

**A INSERÇÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NAS ESCOLAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para obtenção de grau de Bacharelado em Psicologia.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**FRANCISCO FRANCINETE LEITE JUNIOR**  
Orientador(a)

---

**MARCOS TELES DO NASCIMENTO**  
Avaliador(a)

---

**JOAQUIM IARLEY BRITO ROQUE**  
Avaliador(a)

## A INSERÇÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NAS ESCOLAS

Cícera Adiliana Gomes da Silva<sup>1</sup>  
Francisco Francinete Leite Junior<sup>2</sup>

### RESUMO

O espectro autista é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação verbal e não verbal, os comportamentos comunicativos e interação social. Mesmo sabendo que é direito da pessoa com necessidade especial ser matriculado em escolas regulares, ainda é um desafio imenso para muitas instituições, e os aspectos relacionados à inserção de crianças com autismo nas escolas ainda não são conclusivos. O presente estudo tem como objetivo analisar a relação dos processos de aprendizagem no ambiente escolar em crianças autistas e identificar as características mais comuns diante do comportamento das mesmas na escola, a partir de pesquisa relacionada ao tema, trazendo também a compreensão da importância de um profissional da psicologia no ambiente escolar e no processo de ensino e aprendizagem da criança autista, com intuito de elaborar estratégias de intervenções que favoreçam a inserção de crianças com autismo nas escolas. A metodologia utilizada foi o método de pesquisa exploratória de cunho bibliográfico, que visa a descoberta, o achado, a elucidação de fenômenos, feita através de revistas, sites de internet e observações no campo de estágio em ênfase. A conclusão deste presente trabalho se dá por trazer mais discussão sobre o autismo e sobre a inclusão de crianças com esse diagnóstico nas escolas regulares, visto que esse assunto ainda está muito silenciado, tendo como intuito proporcionar um maior interesse aos gestores e aos demais profissionais das escolas regulares.

**Palavras-chave:** Autismo. Inclusão escolar. Aprendizagem. Psicologia.

### ABSTRACT

Autism Spectrum is a neurodevelopmental disorder that affects verbal and nonverbal communication, communicative behaviors, and social interaction. Even knowing that it is the right of people with special needs to be enrolled in regular schools, it is still a huge challenge for many institutions and the aspects related to the insertion of children with autism in schools are not conclusive, data that evidence more studies in this area. The present study aims to analyze the relationship of learning processes in the school environment in autistic children and to identify the most common characteristics regarding their behavior in school, from research related to the theme, also bringing the understanding of the importance of a professional of psychology in the school environment and in the teaching and learning process of autistic children, in order to develop intervention strategies that favor the inclusion of children with autism in school. The methodology used was the exploratory research method, which aims at the discovery, the finding, the elucidation of phenomena, done through magazines, internet sites and observations in the field of internship in emphasis. The conclusion of this study is to bring more discussion about autism and the inclusion of children with this diagnosis in regular schools, as this subject is still very silent, aiming to provide greater interest to managers and other professionals in a regular school.

**KEYWORDS:** AUTISM. SCHOOL INCLUSION. LEARNING. PSYCHOLOGY.

## **1 INTRODUÇÃO**

Quando se fala em inclusão da pessoa com deficiência em ambiente escolar, sabe-se que é um direito da pessoa com deficiência ser matriculado em escolas regulares, e no Brasil é previsto em lei desde a Constituição de 1988. Em 2012 foi sancionada a Lei nº 12.764, que institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, reforçando a Constituição Federal no que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais do ser humano, prevendo que crianças com autismo tenham direito à educação onde estiverem, bem como o direito à uma vida digna, à sua integridade física e moral, apesar disso ainda ser um desafio imenso para os professores e mediadores.

Quando se trata de crianças autistas, esse desafio se faz ainda maior pelo fato de ser um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a capacidade de comunicação, o comportamento e a interação social, pois estas crianças apresentam dificuldade de socialização e têm a atenção compartilhada comprometida, trazendo limitações em relação ao seu comportamento em determinados ambientes. Desse modo, abordar esse tema de inserção de crianças com autismo nas escolas se torna muito importante para todos que convivem com uma criança autista, principalmente para os professores e os mediadores, pois exige deles um acompanhamento e um ensino especializado, fazendo uso de estratégias de ensino mais eficazes para que favoreçam o desenvolvimento intelectual, psíquico e social dessas crianças, para que as mesmas sintam-se inseridas tanto no ambiente escolar como no social.

Diante dessas informações, faz-se uma relação com uma experiência vivenciada no estágio de ênfase em processos educacionais, onde pude testemunhar a veracidade desse caos, pois o que era visto apenas em artigos, em relatos de pais que se sentiam indignados com a situação dos filhos nas escolas, onde poucas pessoas se importavam com a frustração do mesmo, estava ali na minha frente, um laboratório a céu aberto que me permitiu deparar-me com muitas situações desse tipo, com várias outras deficiências.

Em minha trajetória acadêmica, tive a oportunidade de visitar uma escola na qual tinha um aluno diagnosticado com autismo e a sala dele tinha 18 crianças, uma professora, uma auxiliar de sala e uma cuidadora, cuja não tinha noção do que estava fazendo, pois nunca tinha trabalhado com crianças, muito menos com crianças portadoras de alguma especificidade, e nunca fizera nenhuma especialização na área de

educação especializada, apenas tinha sido orientada pela coordenadora da escola que tinha que cuidar de uma criança com deficiência. Em relação à aprendizagem, a dinâmica da escola era muito boa e chamou-me a atenção a forma que a professora trabalhava com eles, principalmente com o autista: ela relatou que o inseria em todas as atividades propostas em sala de aula e que todas as atividades eram lúdicas já para melhorar o entendimento do mesmo. Tendo em vista que essas metodologias de ensino são usadas por profissionais que possuam alguma capacitação na área de ensino voltada para alunos com deficiência, indaguei à mesma se ela possuía alguma formação sobre Atendimento Educacional Especializado (AEE) e ela respondeu que tinha a devida formação.

No entanto, em relação à falta de formação de algumas pessoas que se dizem profissionais, a irresponsabilidade e a falta de compromisso com os outros é uma problemática que pode trazer prejuízos exorbitantes ao desenvolvimento das crianças com deficiência, dificultando assim, a inserção dessas crianças nas escolas regulares. Esse fato não está distante da realidade de muitas outras escolas brasileiras, pois apesar de ser descrito em lei que é direito da pessoa com deficiência ser inserida nas escolas e que os profissionais precisam ter uma formação adequada para esses casos, percebemos que ainda existe muita esquivia em relação ao que está posto na lei. Desse modo, as pessoas com deficiência são as mais prejudicadas, tendo a sua formação comprometida.

Tendo em vista que o autismo é uma área com carência de pesquisa científica e que as crianças com autismo são um público crescente que necessita dessa ajuda para que seus direitos e garantias fundamentais sejam resguardados e assegurados, sendo elas bastante prejudicadas em relação ao seu desenvolvimento e a sua inserção nas escolas, outra problemática a debater é entender o porquê que essa inclusão não acontece como de fato esta escrita em lei, e entender quais são os motivos que impedem essa inclusão, dentro dessa perspectiva, nota-se a importância de serem desenvolvidos mais estudos e pesquisas acerca desse tema, trazendo questões nas quais possibilitem essa ação de inserção das pessoas com deficiência nas escolas, sendo um dos principais fatores que favoreçam esse acontecimento, a qualificação dos profissionais, como é o caso da obrigatoriedade de se ter professores com formação em educação especial.

Para tanto, a problemática desse estudo centra-se em quais são as limitações e as possibilidades para que essa inserção de crianças autistas nas escolas regulares aconteça?

O objetivo geral deste estudo se dar por compreender as principais causas da não inclusão de crianças autistas nas escolas, trazendo a problemática dos questionamentos, como se dar essa inclusão. Quais são as limitações e as possibilidades para que essa inserção de crianças nas escolas regulares aconteça.

Para melhor entender, trago os objetivos específicos que são analisar as relações dos processos de aprendizagem no ambiente escolar em crianças autistas e identificar como se dar o processo de inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares, a partir de pesquisas com origem exploratória, que abordem os assuntos sobre o tema autismo e inclusão escolar, expondo essa pesquisa para que possa trazer uma concepção maior sobre a importância de acontecer à inclusão dessas pessoas com deficiência, e acontecer da maneira correta, como proposta em lei, pois essa inclusão é fundamental para o desenvolvimento dessas crianças em todos os aspectos seja ele cognitivo ou comportamental, sendo importante trazer a questão da carência de ter um profissional da psicologia no ambiente escolar para que favoreça nesse processo de inclusão dessas crianças.

## **2 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Essa pesquisa é de origem exploratória que visa à descoberta, o achado, a elucidação de fenômenos ou a explicação daqueles que não eram aceitos apesar de evidentes. A exploração representa, atualmente, um importante diferencial competitivo em termos de concorrência (Gonçalves, 2014, apud COLABORADORES, 2012). Serão utilizados para essa pesquisa, artigos científicos que são localizados através dos descritores que sirvam como mapa para essa pesquisa, que são: autismo, aprendizagem, inclusão escolar, psicologia e educação especial.

A pesquisa exploratória é quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51-52.)

A pesquisa exploratória explora os estudos existentes na temática. Para isso, será utilizada a revisão bibliográfica a partir de artigos científicos e em sites da internet

como Scielo, que abordem o descritor “autismo” propondo novas discussões sobre os trabalhos já produzidos e as observações no campo de estágio em ênfase.

Foram selecionados artigos em sites que abordassem o tema autismo e educação inclusiva, depois analisada a forma com se dava a inclusão de crianças com autismo nas escolas regulares, se as escolas tinham suporte para atender esse público e se os profissionais tinham as formações necessárias para esse ensino especial, em seguida será feita uma sondagem com intuito de aprimorar as idéias do tema pesquisado e posteriormente construir algumas possíveis hipóteses relacionadas ao tema. A análise dos dados foi feita com base nos assuntos que iam de encontro ao tema abordado, como essa pesquisa é bastante específica, cabe salientar a importância de analisar outras fontes que sirvam de base para essa pesquisa, e, que darão base ao assunto abordado.

Alguns critérios utilizados para selecionar os artigos foram os temas que abrangesse o tema autismo; inclusão escolar de pessoas com deficiência, idioma e o método que é artigo. Contudo podendo ser debatido a questão da qualidade do ensino que a escola proporciona aos alunos deficiência, a forma como os professores planejam as aulas, se a metodologia de ensino está de acordo com a capacidade do mesmo, é de obrigatoriedade também ter manejo para lidar com as crises em sala de aula, trabalhar de forma humanizada, fazer com que a pessoa com deficiência se sinta notada na sala de aula com igualdade e sem preconceitos, indo sempre de acordo com as leis que assegura a pessoa autista.

### 3.1 AUTISMO

O autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a capacidade de comunicação verbal e não verbal, os comportamentos, dificuldade de socialização e a atenção compartilhada comprometida, trazendo limitações em relação ao seu comportamento em determinados ambientes (FERNANDES, 2019).

O termo "autismo" é usado para descrever um transtorno global do desenvolvimento caracterizado por anormalidades qualitativas nas interações sociais e nos padrões de comunicação, bem como por um repertório restrito, estereotipado ou repetitivo de interesses e atividades (Dover & Le Couteur, 2007, apud TONELLI, 2011)

Leo Kanner, psiquiatra austríaco, foi o responsável por desenvolver/denominar o princípio do autismo. Ele desenvolveu esse quadro graças as suas observações na

clínica, onde essas crianças não se identificavam com nenhuma das classificações psiquiátricas que existiam na psiquiatria infantil. Segundo Leo Kanner afirmava, estas crianças eram inteligentes, possuíam uma excepcional capacidade de memorização, mas apresentavam uma incapacidade inata para estabelecerem contatos afetivos e sua linguagem quando presente era a ecológica, irrelevante e sem sentido, jamais utilizada para a comunicação. (CAVALCANTI, pág. 24, 2002 apud saúde da família 2007).

Uma das primeiras teorias que se propôs a explicar o autismo foi à psicanálise, onde a preocupação destes teóricos teve estreita relação funcionamento dos indivíduos autistas e não necessariamente com as questões etiológicas (MARATOS, 1996 apud BOSA; CALLIAS, 2000).

É sabido que frustrar-se por não fazer o que gostaria em um contexto de espera, leva a criança com TEA a intensificar a auto estimulação habitual por meio dos movimentos repetitivos e estereotipados, ou até mesmo entrar em crise (PIMENTA, 2012 apud PIMENTA 2019), nesse sentido, na maioria das vezes esses indivíduos são beneficiadas tanto pelo fato de atendimento as suas necessidades em relação à lei que assegura como por seus familiares, já no ambiente escolar, essa fato poderia ser diferente, levando em consideração que o professor tenha entendimento sobre essa lei e que seja capacitado, possuindo conhecimentos suficientes para lidar com essas situações de crises, podendo fazer com que ele se acalme sem que se sinta contrariado por não fazer o que quer, podendo assim ajudá-los, a saber, diferenciar o que é certo do que é errado, lembrando que poderá ser um processo lento, mas se tiver conhecimento e um bom manejo o resultado será satisfatório.

Os autores selecionados para dar um maior suporte e sustentabilidade na pesquisa foram Levi Vygotsky e Jean Piaget por focarem muito em suas teorias a questão do desenvolvimento psíquico e aprendizagem por adaptação, trazendo mais conhecimento na área de ensino / aprendizagem para crianças com deficiências.

Vygotsky e outros teóricos da abordagem histórico-cultural (Elkonin, 1984; Leontiev, 1986) argumentam que o brincar é uma atividade fundamental ao desenvolvimento psíquico da criança e dão ênfase à brincadeira imaginativa ou jogo de papéis. Para aquele autor (Vygotsky, 1984), essa forma de jogo surge num momento em que a criança pequena vivência “tendências não realizáveis”, quando ela busca a satisfação de forma imediata, mas se depara com limites da realidade, e no brincar essa satisfação torna-se possível.

Dessa forma, as crianças aprendem a assimilar a brincadeira ao seu imaginário, de forma criativa e divertida, elas poderão fazer assimilações de suas vidas nesse contexto, o fato do brincar está relacionado ao fato da criança agir no campo da significação.

Piaget fala em suas obras sobre a imitação, como essa questão do imitar pode ajudar no tratamento do indivíduo autista, de forma que um profissional ou alguém da família possa fazer uma imitação e a criança entenda, ou vice-versa, podendo ter uma conversa mais proveitosa e espontânea com o mesmo, assim, nas intervenções no ambiente escolar ou em qualquer ambiente de seu convívio se torna mais viável essa forma de comunicação e pode evitar até um possível estresse da parte da criança quando não é entendida. É a imitação que conduzirá à representação, o caminho estabelecido neste desenvolvimento adaptativo permitirá compreender os mecanismos que geram a representação simbólica (PIAGET, 1945/1975).

Segundo o DSM-V, os déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, conforme manifestado pelo que segue, atualmente ou por história prévia: 1. Déficits na reciprocidade socioemocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, a dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais. 2. Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada a anormalidade no contato visual e linguagem corporal ou déficits na compreensão e uso gestos, a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal. 3. Déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos, a ausência de interesse por pares. (DSM- V, 2014. p. 50).

Existem três níveis de gravidade que ajudam a identificar o transtorno do espectro autista de acordo com o DSM-V, que são:

Nível 3 “Exigindo apoio muito substancial” Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, grande limitação em dar início a interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa com fala inteligível de poucas palavras que raramente inicia as interações e, quando o faz, tem abordagens incomuns apenas para satisfazer a necessidades e reage somente a abordagens sociais muito diretas. Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a

mudança ou outros comportamentos restrito-repetitivos interfere acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações.

Nível 2 “Exigindo apoio substancial” Déficit grave nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio; limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa que fala frases simples, cuja interação se limita a interesses especiais reduzidos e que apresenta comunicação não verbal acentuadamente estranha. Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações.

Nível 1 “Exigindo apoio” Na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros (DSM-V, 2014. p.52).

Pode parecer apresentar interesse reduzido por interações sociais. Por exemplo, uma pessoa que consegue falar frases completas e envolver-se na comunicação, embora apresente falhas na conversação com os outros e cujas tentativas de fazer amizades são estranhas e comumente mal sucedidas. Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos, dificuldade em trocar de atividade, problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência.

Existem alguns métodos de tratamento que estão sendo muito utilizados por profissionais devido a sua eficácia que são os métodos: ABA (Applied Behavior Analysis), o TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children ) e o PECS (Picture Exchange Communication System5).

O método ABA está ligado a análise do comportamento, consiste no ensino intensivo e individualizado das habilidades necessárias para que o indivíduo com autismo se torne independente, o terapeuta deverá atuar como um educador, pois o tratamento envolve um processo abrangente e estruturado de ensino-aprendizagem ou reaprendizagem.

O método TEACCH também está relacionado com a análise do comportamento e está ligado a comunicação e ao visual, é um programa altamente estruturado que combina diferentes materiais visuais para aperfeiçoar a linguagem, o aprendizado e reduzir os comportamentos inapropriados como os movimentos estereotipados.

E o último é o PECS, ele facilita tanto na comunicação quanto na compreensão de atividades, ajuda a estabelecer a associação entre a atividade e símbolos,

aprendizagem e comunicação por trocas de figuras, facilitando as a comunicação dos mesmos em seus ambientes de vivencia.

Apesar do TEA não ter cura, quanto antes for diagnosticado melhor, logo, essas crianças serão devidamente cuidadas, podendo desenvolver habilidades fundamentais para sua vida, facilitando sua reabilitação no seu espaço.

### 3.2 ESCOLA, PROCESSO DE INCLUSÃO E A IMPORTÂNCIA DE UM PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA NESSE CONTEXTO

Mesmo sabendo que no Brasil é garantido por lei desde a Constituição de 1988, que a educação inclusiva é um direito da pessoa com deficiência, ainda existem escolas regulares que não estão aptas a receber uma criança com deficiência, muitas vezes por não terem profissionais especializados, capazes de desenvolver um bom trabalho com essas crianças. É de suma importância ter professores com formações em educação inclusiva em todas as escolas, principalmente nessa fase inicial de adaptação da criança com a escola e com a sociedade.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.145/15) cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que aumenta a proteção aos portadores de TEA ao definir a pessoa com deficiência como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial”. O Estatuto é um símbolo importante na defesa da igualdade de direitos dos deficientes, do combate à discriminação e da regulamentação da acessibilidade e do atendimento prioritário.

A inclusão escolar se dar por acolher todas as pessoas com deficiência, sem exceção no sistema de ensino, independentemente da classe social ou condições físicas e psicológicas, recusar a ensinar por causa da deficiência do aluno é crime, pois todas as instituições devem oferecer um ensino especializado, que é a educação especial.

A educação inclusiva exigiu uma mudança radical na política educacional e demandou uma completa reestruturação nas ações de gestão e nas ações educacionais de todo o sistema. A educação especial deixa de ser um sistema paralelo de ensino e se insere, definitivamente, no contexto geral da educação. (BRASIL, 2002. p. 12).

Levando em consideração a escola e sua função social, sabe-se que sua função está relacionada com o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas do indivíduo, tendo como objetivo capacitar e tornar um cidadão, participativo

na sociedade em que vive com essa mesma perspectiva a escola tem a função de garantir a aprendizagem de conhecimento, habilidades e muitos outros valores necessários para a socialização do indivíduo, sendo necessário que a escola proporcione um domínio dos conteúdos culturais básicos da leitura, da escrita, da ciência das artes e das letras, pois sem estas aprendizagens dificilmente o aluno poderá exercer seus direitos de cidadania, também é de interesse da escola promover o desenvolvimento pessoal que se torna indispensável para os relacionamentos interpessoais, sendo que para uma educação inclusiva esses conteúdos seriam adaptados de acordo com a necessidade do aluno. O ambiente escolar sem dúvidas é um dos principais espaços onde a criança pode construir laços com pessoas que não são da sua família.

A função social da escola é a de propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola devem organizar-se a partir dessa questão. (SAVIANI, 2013, p.14).

Em relação à formação dos professores é cabível salientar a importância de uma formação adequada para lidar com as diversas demandas da escola como a formação em atendimento educacional especializado (AEE), Falkenbach (2007) afirmam que:

A problemática na formação dos professores é um tema presente quando se trata da inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na escola comum. Uma vez que o senso comum é de opinião de que o professor deve deter a responsabilidade em determinar os processos pedagógicos e os esquemas de aprendizagem para a totalidade dos alunos na classe comum, podemos começar a considerar a incumbência que o sobrecarrega nessa atividade (p. 2).

No sentido de ter profissionais responsáveis e aptos a exercer seu trabalho de forma que englobe todas as adequações no ambiente escolar, essa seria a forma que mais teria resultados no desenvolvimento das crianças com deficiência.

Formar professores com competências que facilitem a inclusão implica desenvolver estratégias formativas que permitam consciencializar o formando, a nível pessoal e social, de modo que possa gerir de forma adequada as suas emoções e responder de forma adequada às situações com que se depara. Para tal, a Formação de Professores deve visar uma seqüencialidade e complementaridade que configurem um continuum capaz de contribuir para o Desenvolvimento Profissional e para a criação de culturas escolares inclusivas (Madureira & Leite, 2007 apud LOURENÇO, Dídia; LEITE, Teresa, 2015).

Outra questão que poderia servir de ajuda nesse processo de inclusão, é ter um profissional da psicologia no ambiente escolar, pois atualmente existe uma carência

exorbitante de profissionais da psicologia nas escolas. O psicólogo escolar pode ajudar na identificação dos principais problemas de aprendizagem e/ou desenvolvimento e pode promover ações de mudanças nesse ambiente escolar, como fazer grupos com os profissionais da educação com intuito de sensibilizá-los a ter conscientização e reflexão acerca da qualidade do processo educacional de cada aluno frente à realidade da instituição e do aluno com sua especificidade.

Nesse sentido, nota-se a importância de um profissional da psicologia no ambiente escolar, tendo em vista, que sua atuação nesse ambiente se dá através de um olhar preventivo, observação e a análise cotidiana dos alunos, outra atuação é investigar as práticas pedagógicas, participar das reuniões de classe, gestores e da elaboração do projeto pedagógico da escola, podendo fazer também escuta psicológica com os alunos com intuito de traçar métodos de intervenção e/ou acolhimento dos sofrimentos e angústias dos mesmos.

Assim, percebemos o quão diferente se dá o acolhimento de uma escola com um profissional psicólogo em relação à inserção de crianças com autismo numa instituição, dando um suporte nessa acolhida, uma assistência não só para os alunos mais como para os familiares e docentes.

Esse profissional poderá ministrar palestras ou rodas de conversas com os professores e funcionários dessa instituição, com intuito de desmistificar algum tabu em relação ao autismo, trazendo mais conhecimento para esses profissionais, podendo utilizar suas vivências em consultórios ou em outro departamento como exemplo (regendo a ética da sua profissão) para os docentes se espelharem e obterem resultados positivos em suas atividades realizadas com o mesmo, tanto com a interação com o meio social, como com a aprendizagem.

A formação de professores deverá ter como finalidade última a preparação e desenvolvimento de profissionais capazes de participar em processos que conduzam à construção de uma escola que educa e ensina a todos, respeitando e valorizando as diferenças individuais e procurando que cada aluno atinja o nível mais elevado possível em termos de desenvolvimento e aprendizagem. (Madureira & Leite, 2007, p.13 apud LOURENÇO, Dídia; LEITE, Teresa, 2015).

Contudo, uma boa formação para esses profissionais da educação inclusiva seria o primeiro passo para várias mudanças positivas no ambiente escolar, sabendo que a educação especial pode consistir em resultados positivos, na maior parte pela estimulação, por comparação ou com outros aspectos que a maior parte das crianças

necessita para facilitar seu desempenho escolar, com esses conhecimentos o profissional poderá deixar seus planejamentos ensino e aprendizagem sempre aptos a mudanças, respeitando os limites de cada indivíduo com intuito desenvolver atividades/projetos que possam eliminar as barreiras que impedem a participação dos mesmos.

### 3.3 OS LIMITES E POSSIBILIDADES DA INSERÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NAS ESCOLAS

Apesar de ser descrito em lei os direitos e deveres que a pessoa com deficiência possui, é sabido que a maioria dessas pessoas não tem acesso a essas informações. Essa não informação reflete nos limites e possibilidades que essa pessoa possa ter frente às escolas onde essas crianças serão incluídas e na sociedade em geral, em relação ao autismo, esse não entendimento poderá atrasar o processo de desenvolvimento e de aprendizagem. Um dos principais limites encontrados frente à inserção de crianças com deficiência nas escolas é a falta de profissionais com a formação básica em atendimento educacional especializado, o não conhecimento das leis de inserção, a falta de materiais adequados para esse ensino e a estrutura das escolas, com essas barreiras a qualidade de ensino e aprendizagem fica rebaixado no sentido de não haver rendimento no seu desenvolvimento.

Em relação às possibilidades de inserção, existem várias pelas quais as crianças com autismo possam ser inseridas numa escola regular e que tenha bons rendimentos em todos os aspectos de seu desenvolvimento, como ter professores com formação em atendimento educacional especializado (AEE) no qual se disponha a trabalhar de forma homogênea, com intuito de promover a aceitação dos colegas com o mesmo na sala de aula, o apoio da família, as escolas que disponibilizam recursos como materiais didáticos apropriados para essas crianças, trabalharem com os métodos das atividades lúdicas e com jogos.

É importante salientar que os resultados dos tratamentos são lentos, mas quanto mais rápido for diagnosticado e começar os devidos tratamentos, a chance de uma melhora significativa será bem maior do que a estimada, levando em consideração o tempo de desenvolvimento de cada pessoa, algumas podendo produzir ganhos significativos mais rápidos.

Mesmo que as crianças autistas apresentem uma condição patológica crônica, os programas de intervenção precoce podem produzir ganhos significativos e mesmo duradouros. De fato, é razoavelmente coerente pensar que crianças com autismo apresentem progressos distintos de crianças não autistas, entretanto, é sabido que serviços como o THS podem mudar o prognóstico de crianças autistas (GADIA, TUCHMAN E ROTTA, 2004 apud ALBUQUERQUE, 2013).

Um dos métodos mais usados para melhor entender e inserir a criança no meio social e nas escolas é trabalhar com eles usando atividade lúdica. O lúdico é a forma de desenvolver criatividade através de jogos, música e dança, é todo e qualquer movimento que tem como objetivo produzir prazer enquanto se executa, sendo assim a criança irá aprender brincando, já que essa atividade abrange jogos infantis, recreação, representação litúrgica e teatral entre outros jogos.

O lúdico enquanto recurso pedagógico na aprendizagem deve ser encarado de forma séria, competente e responsável. Os jogos, as brincadeiras e os brinquedos, quando usado de maneira correta, poderão oportunizar ao educador e ao educando, importantes momentos de aprendizagem em múltiplos aspectos. “(ISCHKANIAN, 2013, p. 05. apud ISCHKANIAN).

Outros jogos lúdicos para se trabalhar com crianças autistas são os jogos que Piaget (PIAGET, 1990 apud PIECZARKA, 2017) classificou em três fases que são os jogos de exercício sensório-motor que é uma atividade natural no ser humano, sua finalidade é o próprio prazer do funcionamento, consistem em repetição de gestos e movimentos simples como agitar os braços, sacudir objetos, emitir sons, caminhar, pular e correr duram predominantemente até os dois anos; os jogos simbólicos aparece predominantemente entre os 2 e 6 anos, sua função consiste em satisfazer o eu por meio de uma transformação do real em função dos desejos, esses jogos de faz-de-conta possibilita à criança a realização de sonhos e fantasias, revelação de conflitos, medos e angústias, aliviando tensões e frustrações; o último são os jogos de regras, que se inicia por volta dos cinco anos mas só se desenvolve melhor na fase dos 7 aos 12 anos e continua durante toda a vida do indivíduo. É caracterizado pela existência de um conjunto de leis imposto pelo grupo, sendo que seu descumprimento é normalmente penalizado, é uma forte competição entre os indivíduos. Este jogo aparece quando a criança abandona a fase egocêntrica possibilitando desenvolver os relacionamentos afetivo-sociais.

Essas práticas de ludoterapia podem ser desenvolvidas por profissionais da psicologia e por professores ou cuidadores que tenham formação em atendimento

educacional especializado (AEE), pois, por um conhecimento diferenciado frente às demandas dos alunos, poderiam aperfeiçoar esses jogos lúdicos de forma que eliminem as barreiras para a participação dos alunos e que seja de fácil entendimento os objetivos desses jogos para essas crianças.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho ajuda-nos a compreender as relações dos processos de aprendizagem no ambiente escolar com crianças autistas e a importância de profissionais da psicologia e profissionais com formação em AEE (Atendimento Educacional Especializado), nesse ambiente. A pesquisa foi embasada no caráter exploratório, na qual visa explorar estudos já existentes, que abordam o tema autismo. Foram utilizados para essa pesquisa artigos científicos, livros, teses e sites de internet.

Segundo as pesquisas, a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (13.145/15), essa lei é uma garantia de que as pessoas com deficiência possam ser inseridas nas escolas regulares e que tenham um suporte em sala de aula, logo a escola onde o mesmo for matriculado será obrigatório ter profissionais com formação em AEE (Atendimento Educacional Especializado). É importante salientar a importância de um profissional da psicologia no ambiente escolar, pois é de competência do psicólogo escolar, identificar os principais problemas de aprendizagem e no desenvolvimento do mesmo e traçar sugestões junto com os gestores escolares para promover mudanças no ambiente escolar, relacionados à conscientização acerca da qualidade do processo educacional e com um olhar preventivo em relação aos comportamentos e ao aprendizado do mesmo.

Alguns aspectos destacados nesta pesquisa, visto como possibilidades de aprendizagens é a questão de trabalhar com a ludicidade, na qual é a forma de atividades criativas através de jogos, músicas e dança, a criança irá aprender brincando, mas vale lembrar que o lúdico deve ser encarado de forma séria, competente e responsável.

Essa pesquisa contemplou as expectativas enquanto acadêmica, no sentido de refletir sobre os temas que dizem respeito às pessoas com deficiência, em relação à aprendizagem e ao convívio social dos mesmos, nos quais ainda são privados de aproveitar muitas experiências, seja falta de conhecimento ou por ignorância de terceiros.

Contudo, esse trabalho se dar por trazer mais discussão sobre o autismo e sobre a inclusão de crianças com esse diagnóstico do TEA nas escolas regulares, visto que esse assunto ainda está muito silenciado, é notória a importância de mais estudos sobre esses assuntos, tendo como intuito proporcionar um maior interesse aos gestores e aos demais profissionais das escolas regulares, para que de fato a escola faça uma inclusão responsável ao invés de só obedecer à lei e prejudicar as vivências dessas pessoas com deficiência.

## REFERÊNCIAS

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **O LÚDICO: Jogos, brinquedos e brincadeiras na construção do processo de aprendizagem das crianças com transtorno do espectro autista/transtorno global do desenvolvimento. *Só escola*, 2018. Disponível em: < <https://www.soescola.com/wp-content/uploads/2018/01/o-ludico-na-construcao-da-aprendizagem-para-autistas.pdf>>. Acesso em 23 de novembro de 2019.**

**Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5.** 5 ed. Porto Alegre. Brasil. Artmed, 2014.

COLABORADORES. **A diferença entre pesquisa descritiva, exploratória e explicativa.** 2012. Disponível em:<<https://posgraduando.com/diferencas-pesquisa-descritiva-exploratoria-explicativa/>>. Acesso em: 01 de set. 2019.

RAMOS, Felipe Salviano, *et al.* **O papel do psicólogo escolar no processo de inclusão educacional de pessoas com deficiências.** 2016. Disponível em: <[https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO\\_EV060\\_MD1\\_SA12\\_ID3239\\_20102016213613.pdf](https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_SA12_ID3239_20102016213613.pdf)>. Acesso em: 01 de set. 2019.

CAVALCANTI, Ana Elizabeth; ROCHA, Paulina Schmidtbauer. **Autismo Clínica Psicanalítica.** 3 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

FERNANDES, Fátima Rodrigues. **O que é autismo? Marcos Históricos.** 2019. Disponível em: <<https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/marcos-historicos/>>. Acesso em: 05 de nov. de 2019.

TRINDADE, Patrícia. **A importância da ludicidade no aprender da criança.** 2012. Disponível em: <<https://enfrentandooautismo.blogspot.com/2012/04/importancia-da-ludicidade-no-aprender.html>>. Acesso em: 05 de nov. de 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FERNANDES, José Henrique Paim; BELCHIOR, Miriam. **Presidência da República casa civil subchefia para assuntos jurídicos.** 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm)>. Acesso em: 22 de junho 2020.

SOUZA, Jessica Rezende; ASSIS, Renata Machado. **Limites e possibilidades do trabalho com alunos autistas nas Aulas de educação física.** Jataí GO, 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2º ed. Rio Grande do Sul. Universidade FEEVALE, 2013. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=zUDsAQAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=zUDsAQAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 23 de nov. de 2019.

LOURENÇO, Dídida; LEITE, Teresa. **Práticas de Inclusão de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo.** 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2182-13722015000200005&lang=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-13722015000200005&lang=pt)>. Acesso em: 08 de nov. de 2019.

TRAMONTIN, Cheila Soethe; ORSO, Paulino José. **A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA: perspectivas e possibilidades para a sua efetivação.** Paraná, 2016. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_artigo\\_ped\\_unioeste\\_cheilasoethetramontin.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_unioeste_cheilasoethetramontin.pdf)>. Acesso em: 17 de nov. de 2019

BAPTISTA, Claudio Roberto. **Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil.** São Paulo, 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022019000100407&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022019000100407&lang=pt)>. Acesso em 17 nov. de 2019.

PIECZARKA, Thiciane. **O desenvolvimento do transtorno do espectro autista: considerações a partir de Piaget.** Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=25715&idprograma=40001016001P0&anobase=2017&idtc=1273>>. Acesso em 17 de nov. de 2019.

CASTRO, Glenda Saccomano; *et al.* **Interação comunicativa em contexto lúdico de duas crianças com Síndrome de Down, comportamentos autísticos e privação de estímulos.** Porto Alegre, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722011000400013&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722011000400013&lang=pt)>. Acesso em 20 de nov. de 2019.

CHAVES, Jéssica Regina; *et al.* **“Na essência somos iguais, na diferença nos respeitamos”:** Estágio em Psicologia Escolar. Piauí, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572018000300643&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000300643&lang=pt)>. Acesso em 20 de nov. de 2019.

BOSA, Cleonice; CALLIAS, Maria. **Autismo: breve revisão de diferentes abordagens.** Porto alegre, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722000000100017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722000000100017)>. Acesso em 24 de nov. de 2019.

ALBUQUERQUE, Jefferson Pontes Cristo. **Habilidades Sociais na Infância e Autismo: Possibilidades de Promoção de Saúde**. 2013. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-clinica/habilidades-sociais-na-infancia-e-autismo-possibilidades-de-promocao-de-saude>>. Acesso em 24 de nov. de 2019.

TONELLI, Hélio. **Autismo, teoria da mente e o papel da cegueira mental na compreensão de transtornos psiquiátricos**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722011000100015&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722011000100015&lang=pt)>. Acesso em 26 de nov. de 2019.

BOSA, Cleonice Alves. **Autismo: intervenções psicoeducacionais**. São Paulo, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-44462006000500007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000500007)>. Acesso em 28 de abril de 2020.